

**MINUTA DE ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**  
**MEDIDA PROVISÓRIA 936/2020**

Pelo presente instrumento, de um lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DO MATERIAL ELETROELETRÔNICO DE POMERODE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 79.375.499/0001-71, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Antenor Zimermon, doravante denominado **SIMETAL**, e de outro lado o **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DO MATERIAL ELÉTRICO DE BLUMENAU, GASPAR E POMERODE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.662.743/0001-91, com sede estabelecida à Rua Antonio Treis, nº 607, Sala 602, Bairro Vorstadt, Blumenau/SC (CEP 89.015-400), neste ato representada por seu Presidente, Sr. Dieter Claus Pfuetzenreiter, doravante denominado **SIMMMEB**, e **CONSIDERANDO**:

- O pleno exercício da autonomia da liberdade coletiva, ora representada neste ajuste formal, que resguarda a interesses recíprocos;
- O reconhecido estado de calamidade pública, nos termos do Decreto Legislativo nº 06/2020, os efeitos decorrentes da Pandemia do Covid-19 e a absoluta condição de evento de força maior;
- Os drásticos impactos econômicos / financeiros e sociais, bem como a necessidade de adoção de medidas destinadas a minimizar as consequências decorrentes dos acontecimentos;
- A necessidade de preservação dos empregos, da renda e da continuidade da atividade econômica; e
- Os termos da Medida Provisória nº 936, de 1º de Abril de 2020,

Resolvem **SIMETAL** e **SIMMMEB** formalizar o presente **Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho**, cujo conteúdo imprime efeito normativo, estabelecendo as seguintes cláusulas.

**CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO**: O presente aditamento à Convenção Coletiva de Trabalho é celebrado com o fim de viabilizar o ajuste em relação aos termos da Medida



Provisória nº 936, de 1º de Abril de 2020, sendo aplicável às empresas da categoria econômica, estas doravante denominadas de forma isolada como **EMPRESA**.

**CLÁUSULA 2ª – DA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA JORNADA DE TRABALHO E DE SALÁRIO:** A **EMPRESA** fica autorizada a proceder a redução proporcional de jornada de trabalho e do salário dos empregados, independentemente da faixa salarial, em percentual não superior a 70% (setenta por cento), respeitando o salário hora de cada trabalhador.

**Parágrafo Primeiro:** A redução poderá ser aplicada a todos os empregados da **EMPRESA** e/ou empregados por setores, ficando a decisão a critério da **EMPRESA**, de acordo com suas necessidades.

**Parágrafo Segundo:** A redução da jornada de trabalho e de salário fica limitado pelo período de 90 (noventa) dias, contado do início do programa.

**Parágrafo Terceiro:** O empregado deverá ser comunicado por escrito ou por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02 (dois) dias corridos, sobre o percentual de redução da jornada de trabalho e de salário a ser adotado pela **EMPRESA**, respeitando-se os termos deste instrumento.

**Parágrafo Quarto:** A **EMPRESA** poderá antecipar o fim do período de redução da jornada de trabalho e de salário, devendo comunicar o empregado para retorno às atividades, por escrito ou meio eletrônico, com antecedência de 02 (dois) dias corridos.

**Parágrafo Quinto:** A jornada de trabalho e o salário serão restabelecidos ao empregado quando encerrado o estado de calamidade pública ou quando expirado o prazo de 90 (noventa) dias, ou no caso de antecipação pela **EMPRESA**, na data de retorno às atividades.

**CLÁUSULA 3ª – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO:** A **EMPRESA** fica autorizada a suspender de forma temporária os contratos de trabalho de seus empregados, podendo aplicar a todos os empregados da **EMPRESA** e/ou empregados por setores, de acordo com suas necessidades.





**Parágrafo Primeiro:** O prazo máximo da suspensão temporária do contrato de trabalho fica limitado a 60 (sessenta) dias, contado do início do programa, podendo ser fracionado em até 02 (dois) períodos de 30 (trinta) dias, a critério da **EMPRESA**.

**Parágrafo Segundo:** O empregado deverá ser comunicado por escrito ou por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02 (dois) dias corridos, sobre a suspensão temporária do contrato de trabalho, respeitando-se os termos deste instrumento.

**Parágrafo Terceiro:** No período de suspensão temporária do contrato de trabalho a **EMPRESA**:

a) Caso tenha auferido, no ano-calendário de 2019, receita bruta superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), pagará ao empregado ajuda compensatória mensal no valor de 30% (trinta por cento) do salário base, nos termos do § 5º do Art. 8º e do § 1º do Art. 9º da MP 936/2020;

b) Manterá todos os benefícios concedidos ao empregado, nos termos do § 2º, I do Art. 8 da MP 936/2020.

**Parágrafo Quarto:** A **EMPRESA** poderá antecipar o fim do período de suspensão temporária do contrato de trabalho, devendo comunicar o empregado para retorno às atividades, por escrito ou meio eletrônico, com antecedência de 02 (dois) dias corridos.

**Parágrafo Quinto:** O contrato de trabalho será restabelecido quando encerrado o estado de calamidade pública ou quando expirado o prazo de 60 (sessenta) dias, ou no caso de antecipação pela **EMPRESA**, na data de retorno às atividades.

**Parágrafo Sexto:** No período de suspensão temporária do contrato de trabalho é vedado ao empregado prestar atividades à **EMPRESA**, ainda que parcialmente, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho à distância.

**Parágrafo Sétimo:** Durante o período de suspensão, é facultado ao empregado efetuar o recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social na qualidade de segurado facultativo.



**CLÁUSULA 4ª – DOS PROCEDIMENTOS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE REDUÇÃO PROPORCIONAL DA JORNADA DE TRABALHO E DE SALÁRIO E/OU DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO:**

Resta ajustado que, para a realização das medidas previstas na MP 936/2020, deverá a **EMPRESA** realizar os seguintes procedimentos:

- a) Elaboração de plano de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário ou suspensão temporária dos contratos de trabalho, indicando o número de trabalhadores, os departamentos abrangidos, o percentual aplicável (em caso de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário), bem como o período de tempo em que as medidas serão adotadas;
- b) O plano deverá ser submetido ao conhecimento de todos os trabalhadores que se submeterão às medidas, competindo à **EMPRESA** a realização de tal informação, a qual poderá ser realizada pelos meios eletrônicos disponíveis e, ainda, através da afixação de comunicados nos seus murais internos;
- c) O plano deverá ser assinado por 03 (três) empregados da **EMPRESA** e remetido ao **SIMETAL**, através do endereço eletrônico [simetalpomerode@terra.com.br](mailto:simetalpomerode@terra.com.br), na data em que for apresentado aos trabalhadores;
- d) O empregado terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data do recebimento da informação, para apresentar qualquer dúvida e/ou divergência relacionada ao plano apresentado pela **EMPRESA**, vindo a realizar contato direto ao **SIMETAL** através do endereço eletrônico [simetalpomerode@terra.com.br](mailto:simetalpomerode@terra.com.br);
- e) Caso haja manifestações dos trabalhadores abrangidos pelas medidas em número que ultrapasse o percentual de 50% (cinquenta por cento) do total, competirá ao **SIMETAL** comunicar a **EMPRESA** a respeito da necessidade de alteração do plano, o que far-se-á por escrito, deixando de ter aplicabilidade o modelo anteriormente proposto;
- f) O **SIMETAL** terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento, para apresentar qualquer manifestação à **EMPRESA** a respeito do plano apresentado, sendo para tanto permitido o uso dos meios eletrônicos disponíveis;





g) A ausência de resposta por parte do **SIMETAL** será interpretada como consentimento tácito a respeito das medidas propostas pela **EMPRESA**, surtindo o plano apresentado todos os seus efeitos jurídicos e legais;

**Parágrafo Único:** A **EMPRESA** que vier a adotar as medidas previstas neste instrumento deverá também encaminhar o seu respectivo plano ao **SIMMMEB**, dentro no mesmo prazo descrito junto à alínea “c” do *caput* desta Cláusula, o que far-se-á através de envio de e-mail ao endereço eletrônico [simmmeb@simmmeb.com.br](mailto:simmmeb@simmmeb.com.br).

**CLÁUSULA 5ª – DA GARANTIA DE EMPREGO:** O empregado submetido às medidas de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e/ou suspensão temporária do contrato de trabalho terá garantia provisória no emprego:

a) Durante o período acordado de redução da jornada de trabalho e de salário ou de suspensão temporária do contrato de trabalho;

b) Após o restabelecimento da jornada de trabalho e de salário ou do encerramento da suspensão temporária do contrato de trabalho, por período equivalente ao acordado para a redução ou a suspensão.

**Parágrafo Primeiro:** Caso haja o restabelecimento das condições de redução proporcional da jornada de trabalho e/ou suspensão temporária do contrato de trabalho anteriormente ao período inicialmente acordado, considerar-se-á para efeito de garantia provisória no emprego prevista nas alíneas “a” e “b” do *caput* desta Cláusula o tempo em que efetivamente houve a aplicação da(s) medida(s).

**Parágrafo Segundo:** Em caso de dispensa sem justa causa durante o período de garantia provisória no emprego a **EMPRESA** fica obrigada ao pagamento, além das parcelas rescisórias previstas na legislação em vigor, de indenização no valor de:

a) 50% (cinquenta por cento) do salário base a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, na hipótese de redução de jornada de trabalho e de salário igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) e inferior a 50% (cinquenta por cento);



b) 75% (setenta e cinco por cento) do salário base a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, na hipótese de redução de jornada de trabalho e de salário igual ou superior a 50% (cinquenta por cento);

c) 100% (cem por cento) do salário base a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, nas hipóteses de redução de jornada de trabalho e de salário em percentual superior a 70% (setenta por cento) ou de suspensão temporária do contrato de trabalho.

**Parágrafo Terceiro:** O disposto nesta cláusula não se aplica nas hipóteses de resolução contratual por pedido de demissão ou rescisão por justa causa do empregado.

**CLÁUSULA 6ª – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA:** A EMPRESA deverá comunicar ao Ministério da Economia sobre a redução proporcional da jornada de trabalho e de salário ora pactuada, bem como da suspensão temporária dos contratos de trabalho, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contado da data da celebração do acordo com seus trabalhadores, a fim de possibilitar ao empregado a percepção do Benefício Emergencial estabelecido na Medida Provisória nº 936/2020.

**CLÁUSULA 7ª – DO BENEFÍCIO EMERGENCIAL:** Reconhecem as partes que cabe à União o pagamento do benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, nos termos da MP 936/2020, ficando assim a EMPRESA isenta de qualquer responsabilidade por eventual falta ou atraso no pagamento ao qual a mesma não tenha dado causa.

**CLÁUSULA 8ª – PERÍODO MÁXIMO DAS MEDIDAS QUANDO CUMULADAS:** O tempo máximo de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho quando sucessivos não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

**CLÁUSULA 9ª – OUTRAS MEDIDAS AUTORIZADAS:** A adoção das medidas previstas neste instrumento não exclui a adoção de outras medidas trabalhistas que venham a ser autorizadas pelos órgãos governamentais em decorrência do estado de calamidade pública.





**CLÁUSULA 10ª – DA AJUDA COMPENSATÓRIA MENSAL:** A EMPRESA que adotar quaisquer das medidas aqui previstas fica obrigada a pagar ao trabalhador, na forma de Ajuda Compensatória Mensal, um percentual em relação ao valor de seu Salário Líquido, considerando-se:

a) A forma de cálculo observará o seguinte critério:

I. Salário Líquido = Salário Bruto – Descontos Obrigatórios (Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária);

II. Salário Reduzido = Salário pago pela EMPRESA com base na redução aplicada;

III. Valor do Salário Reduzido + Valor do Benefício Emergencial = “Salário X”;

IV. Salário Líquido – “Salário X” = “Diferença do Salário Líquido”;

V. O percentual a ser pago pela EMPRESA a título de Ajuda Compensatória Mensal será aplicado sobre a “Diferença do Salário Líquido”, com base nos critérios supramencionados;

b) Os percentuais seguirão os seguintes critérios:

I. Para empresas que contemplem em seu quadro de 01 (um) a 20 (vinte) empregados, o percentual será de 20% (vinte por cento), observando-se como limitador / teto o valor de R\$ 100,00 (cem reais);

II. Para empresas que contemplem em seu quadro de 21 (vinte e um) a 50 (cinquenta) empregados, o percentual será de 25% (vinte e cinco por cento), observando-se como limitador / teto o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);



III. Para empresas que contemplem em seu quadro de 51 (cinquenta e um) a 100 (cem) empregados, o percentual será de 30% (trinta por cento), observando-se como limitador / teto o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais); e

IV. Para empresas que contemplem em seu quadro mais de 100 (cem) empregados, o percentual será de 35% (trinta e cinco por cento), observando-se como limitador / teto o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

**Parágrafo Primeiro:** Resta desde já consignado que a Ajuda Compensatória Mensal, na forma do § 1º do Art. 9º da MP 936/2020:

- a) Terá natureza indenizatória;
- b) Não integrará a base de cálculo do imposto sobre a renda retido na fonte ou da declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda da pessoa física do trabalhador;
- c) Não integrará a base de cálculo da contribuição previdenciária e dos demais tributos incidentes sobre a folha de salários;
- d) Não integrará a base de cálculo do valor devido ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, instituído pela Lei nº 8.306, de 11 de maio de 1990, e pela Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015;
- e) Poderá ser excluída do lucro líquido para fins de determinação do imposto sobre a renda da pessoa jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real.

**Parágrafo Segundo:** A Ajuda Compensatória Mensal descrita nesta Cláusula será aplicável tanto para as hipóteses de redução proporcional da jornada de trabalho e salário, quanto para as de suspensão temporária do contrato de trabalho.

**Parágrafo Terceiro:** Para a hipótese prevista junto à Cláusula 3ª, § 3º, alínea “a” deste Termo Aditivo, a Ajuda Compensatória Mensal ora instituída será paga de forma complementar.





**CLÁUSULA 11ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:** A **EMPRESA** poderá optar pela adoção das medidas de redução da jornada de trabalho e salário e suspensão temporária do contrato de trabalho de forma sucessiva, desde que não ultrapasse o período de 90 (noventa) dias.

**Parágrafo Primeiro:** Os empregados que estejam em gozo de benefício de prestação continuada do Regime Geral de Previdência Social ou dos Regimes Próprios de Previdência Social, ressalvado o disposto no parágrafo único do Art. 124 da Lei nº 8213/1991, poderão participar do programa de redução de jornada de trabalho e salário ou mesmo da suspensão dos contratos de trabalho, restando desde já consignado que os mesmos não perceberão o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, na forma do Art. 5º, II, “a” da MP 936/2020.

**Parágrafo Segundo:** A aplicação das medidas dispostas neste instrumento não caracteriza alteração unilateral do contrato individual de trabalho para os efeitos do disposto no art. 468 da CLT.

**Parágrafo Terceiro:** Durante o tempo de vigência deste Acordo Coletivo não será permitida a realização de horas extraordinárias, ressalvados os casos de absoluta excepcionalidade.

**Parágrafo Quarto:** Resta ajustado que as empresas e os trabalhadores integrantes da categoria profissional poderão acordar o pagamento parcelado de verbas rescisórias, o que far-se-á necessariamente mediante a anuência do SIMETAL e do SIMMMEB.

**Parágrafo Quinto:** Em complemento ao parágrafo anterior resta estabelecido que a empresa e o trabalhador deverão comunicar o interesse do acordo aos Sindicatos, enviando aos e-mails [simetalpomerode@terra.com.br](mailto:simetalpomerode@terra.com.br) e [simmmeb@simmmeb.com.br](mailto:simmmeb@simmmeb.com.br) a proposta rescisória e suas condições.

**Parágrafo Sexto:** A forma de parcelamento ajustada entre **EMPRESA** e seu empregado somente terá validade mediante a devida homologação da rescisão junto ao **SIMETAL**, a cujo representante competirá a emissão de carimbo e assinatura, validando o ato.



**Parágrafo Sétimo:** A prática prevista no Parágrafo Quarto não importará na aplicação da multa prevista junto ao Art. 477 da CLT, e nem na indenização adicional prevista no Art. 9º da Lei nº 7.238/1984.

**Parágrafo Oitavo:** A EMPRESA não poderá pactuar o pagamento parcelado das verbas rescisórias com empregados que se submeteram à redução proporcional da jornada de trabalho e de salário ou à suspensão temporária do contrato de trabalho.

**Parágrafo Nono:** Resta desde já consignado que a EMPRESA será exclusivamente responsável por qualquer ato relacionado ao parcelamento das verbas rescisórias ajustado com o empregado, inexistindo qualquer responsabilidade dos Sindicatos convenientes a esse respeito.

**CLÁUSULA 12ª – DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO:** Resta desde já estabelecido, em adimplência ao disposto junto ao Art. 611-A da CLT, que todas as condições ora negociadas coletivamente prevalecerão sobre os termos da legislação, vez que representam a vontade expressa das partes, especialmente dentro do crítico contexto econômico ora vivenciado e da necessidade de flexibilização com o intuito de viabilizar a retomada econômica e a manutenção dos postos de trabalho.

**CLÁUSULA 13ª – ABRANGÊNCIA:** O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrange todos os trabalhadores inseridos na categoria das indústrias metalúrgicas, mecânicas e do material elétrico, em abrangência territorial em Pomerode/SC, aplicando-se inclusive aos contratos de trabalho de aprendizagem e de jornada parcial.

**CLÁUSULA 14ª – DA VIGÊNCIA:** O presente Acordo Coletivo de Trabalho tem vigência a partir da sua assinatura e enquanto perdurar o estado calamidade pública conforme Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; ou, no caso de antecipação pela EMPRESA, pelo período decorrido até então; ou, por fim, quando expirado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da adoção das medidas pela EMPRESA.

**CLÁUSULA 15ª – DA AÇÃO DE CUMPRIMENTO:** Os Sindicatos ora convenientes poderão intentar ação de cumprimento para todas as cláusulas desta convenção.





**CLÁUSULA 16ª – DA CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS:** Havendo divergência entre os convenientes por motivo de aplicação das cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, comprometem-se as partes a discuti-las com o objetivo de procurar um acordo, que será expresso em Termo Aditivo. Permanecendo, porém, a divergência, esta será dirimida à Justiça do Trabalho, por iniciativa de qualquer das partes.

**CLÁUSULA 17ª – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A REVISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO:** O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial da presente Convenção Coletiva de Trabalho fica subordinado às normas estabelecidas pelo Art. 615 da CLT.

**Parágrafo Único:** O presente ajuste poderá ser revisto parcialmente ou totalmente sempre que as partes acordantes, de comum acordo, julgarem necessário, ou no caso da superveniência de novas diretrizes legais ou normativas.

**CLÁUSULA 18ª – MULTA:** O descumprimento de qualquer das cláusulas ora pactuadas sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por empregado, desde que notificada à parte infratora previamente por escrito, a qual terá o prazo de 10 (dez) dias para defender-se ou realizar o pagamento, revertendo-se à importância correspondente em favor da parte prejudicada.

**CLÁUSULA 19ª – DA RATIFICAÇÃO E CONVALIDAÇÃO DOS AJUSTES INDIVIDUAIS:** Por intermédio deste Termo Aditivo os Sindicatos convenientes ratificam e convalidam todos os Ajustes Individuais realizados entre as empresas integrantes da categoria profissional e seus trabalhadores, nos termos da MP 936/2020, devendo-se observar o seguinte:

- a) Para que haja a convalidação dos ajustes individuais celebrados anteriormente ao presente Termo Aditivo a **EMPRESA** deverá realizar a adequação às condições previstas neste instrumento coletivo, especialmente em relação ao pagamento da Ajuda Compensatória prevista na Cláusula 10ª;
- b) A **EMPRESA** que vier a realizar a adequação dos ajustes individuais aos termos ora ajustados deverá comunicar o SIMETAL e o SIMMMEB, o que far-se-á



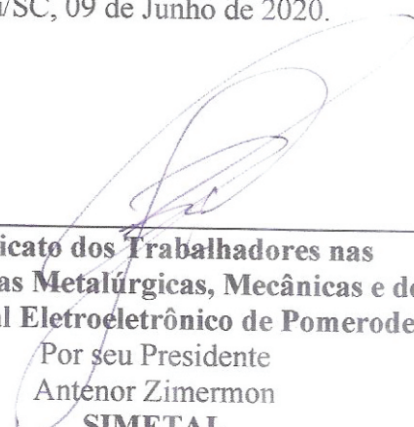
mediante envio de e-mails aos endereços [simetalpomerode@terra.com.br](mailto:simetalpomerode@terra.com.br) e [simmmeb@simmmeb.com.br](mailto:simmmeb@simmmeb.com.br);

- c) O instrumento coletivo não terá validade e/ou aplicabilidade aos ajustes que não realizarem adequações aos termos ora descritos.

**CLÁUSULA 20ª – DISPOSIÇÃO FINAL:** O presente acordo foi digitado em 04 (quatro) vias de igual teor, todas rubricadas e assinadas pelas partes, encaminhando-se o protocolo de requerimento do registro emitido por meio do Sistema Mediador via à Agência Regional do Ministério da Economia, para depósito, segundo dispõe o Art. 614 da CLT, para fins de registro e arquivo, surtindo todos os seus efeitos jurídicos e legais.

**CLÁUSULA 21ª – ASSINATURA DO PRESENTE ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO:** E, por estar justo e convencionado, os representantes legais assinam o presente instrumento, para que surta os jurídicos e legais efeitos, submetendo-o a registro no sistema mediador.

Blumenau/SC, 09 de Junho de 2020.



Sindicato dos Trabalhadores nas  
Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do  
Material Eletroeletrônico de Pomerode  
Por seu Presidente  
Antenor Zimmermon  
**SIMETAL**



Sindicato das Indústrias  
Metalúrgicas, Mecânicas e do  
Material Elétrico de Blumenau,  
Gaspar e Pomerode  
Por seu Presidente  
Dieter Claus Pfuetzenreiter  
**SIMMMEB**